

A influência do neoliberalismo na educação em tempos de globalização

 Meire Lúcia Andrade da Silva¹,  Lúcia Maria de Assis²,  Joicy Mara Rezende Rolindo³,  Suely Pereira de Sousa⁴

^{1, 2, 3, 4} Universidade Federal de Goiás - UFG. Faculdade de Educação. Setor de Pós-Graduação. Rua 235, s/n. Setor Universitário. Goiânia – GO. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: melucia26@hotmail.com

RESUMO. As políticas neoliberais atualmente têm se intensificado por meio do seu poder de atuação em escala mundial, de modo a direcionar, sobretudo, as mudanças no campo econômico, político, social e, inclusive, cultural de diversos países. No Brasil, por exemplo, estas orientações impactam, de forma direta, diversos setores, entre eles o da educação. A práxis educativa, por vezes sofre influências nas propostas de programas relativos ao governo, bem como nas políticas educacionais, pois estas além de incorporarem essas orientações, também são capazes de estabelecer regulamentações no que diz respeito ao campo legal. O objetivo central dessa pesquisa consiste em fomentar discussão em relação ao Neoliberalismo e ao planejamento educacional em tempos de retrocesso, considerando a globalização e a reestruturação do capitalismo. Para a sua realização recorreu-se a uma abordagem teórica que explorasse o tema tendo como principais autores, Bordignon (2014), Fernandes (1976); Ferreira (2021), Freitas (2012), Bobbio (2000) dentre outros, que contemplaram a temática supracitada. O neoliberalismo trouxe consigo uma série de problemas, pois com a exarcebação da tendência capitalista e mercantilização universal tudo é transformado em mercadoria, inclusive a educação.

Palavras-chave: neoliberalismo, educação, globalização.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 8	e15335	10.20873/uft.rbec.e15335	2023	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	--------------------------	------	-----------------



The influence of neoliberalism on education in times of globalization

ABSTRACT. Neoliberal policies have currently intensified through their power of action on a global scale, in order to direct, above all, changes in the economic, political, social and even cultural fields of several countries. In Brazil, for example, these guidelines directly impact several sectors, including education. Educational praxis is sometimes influenced by proposals for programs related to the government, as well as educational policies, as these, in addition to incorporating these guidelines, are also capable of establishing regulations with regard to the legal field. The main objective of this research is to promote discussion in relation to Neoliberalism and educational planning in times of regression, considering globalization and the restructuring of capitalism. For its realization, a theoretical approach was used to explore the theme, having as main authors, Bordignon (2014), Fernandes (1976); Ferreira (2021), Freitas (2012), Bobbio (2000) among others, which covered the aforementioned theme. Neoliberalism brought with it a series of problems, because with the exacerbation of the capitalist tendency and universal commodification, everything is transformed into merchandise, including education.

Keywords: neoliberalism, education, globalizatio.

La influencia del neoliberalismo en la educación en tiempos de globalización

RESUMEN. Las políticas neoliberales en la actualidad se han intensificado por su poder de acción a escala global, para dirigir, sobre todo, cambios en los campos económico, político, social e incluso cultural de varios países. En Brasil, por ejemplo, estas directrices impactan directamente en varios sectores, incluido el educativo. La praxis educativa en ocasiones se ve influida por propuestas de programas relacionados con el gobierno, así como de políticas educativas, ya que estas, además de incorporar estos lineamientos, también son capaces de establecer normas en lo que se refiere al campo legal. El objetivo principal de esta investigación es promover la discusión en relación al Neoliberalismo y la planificación educativa en tiempos de regresión, considerando la globalización y la reestructuración del capitalismo. Para su realización, se utilizó un abordaje teórico para explorar el tema, teniendo como autores principales, Bordignon (2014), Fernandes (1976); Ferreira (2021), Freitas (2012), Bobbio (2000) entre otros, que abordaron el tema mencionado. El neoliberalismo trajo consigo una serie de problemas, pues con la agudización de la tendencia capitalista y la mercantilización universal, todo se transforma en mercancía, incluida la educación.

Palabras clave: neoliberalismo, educación, globalización.

Introdução

O Brasil, durante muitos anos, foi reconhecido como uma forte potência econômica. No entanto, na contemporaneidade, não consegue atenuar as intensas desigualdades sociais que persistem no país. Na interpretação de Bobbio (2000), o neoliberalismo e a globalização contribuem para manter a desigualdade social. No cenário brasileiro, boa parte da população, se encontra abaixo da linha da pobreza, além de ser mal alimentada e, sobretudo, desassistida socialmente.

Ao discutir a democratização da sociedade brasileira, não se pode ignorar que o neoliberalismo, ao longo da história, implicou o abandono da política do Estado de Bem-Estar Social, que se refere às políticas de garantia dos direitos sociais. O neoliberalismo defende o "retorno à ideia liberal de autocontrole da economia pelo mercado capitalista, afastando, portanto, a interferência do Estado no planejamento econômico" (Chaui, 2007, p. 562).

De acordo com Bobbio (2000), o neoliberalismo é principalmente uma doutrina econômica consequente, na qual o liberalismo político é apenas um modo de realização, nem sempre necessário. Ou seja, é uma defesa intransigente da liberdade econômica, da qual a liberdade política é apenas um corolário. No contexto educacional, é visto como "uma concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência" (Freitas, 2012, p. 31).

Por conseguinte, o planejamento no campo da política educacional, sobretudo, nas últimas décadas, representa um instrumento fundamental para os governos, pois tem sido usado como forma de controle social e, "ao mesmo tempo, como maneira de atender às demandas e às pressões da sociedade contemporânea, organizada como representação civil e popular" (Oliveira, Scaff & Senna, 2018, p. 9). Esse planejamento educacional, é responsável pelo envolvimento de todo o sistema de educação, seja desde a fase macro das políticas "educacionais projetadas pelo Estado, por meio dos sistemas de ensino, até o processo da fase micro, por meio das instituições educacionais para o ensino e aprendizagem" (Ferreira, 2021, p. 2).

No entanto, Fernandes (1976, s/p) aponta a existência de concepções distintas e contraditórias de planejamento, uma vez que, no capitalismo, "o planejamento educacional reflete os interesses antagônicos das diferentes classes, considerando a inserção periférica e o caráter dependente da economia brasileira." Essa concepção é compartilhada por Ferreira

(2021) e Bordignon (2014), os quais afirmam que o planejamento educacional representa uma disputa de forças e poder entre classes e governantes.

Considerando esses pressupostos, este trabalho apresenta algumas reflexões sobre o desenvolvimento do neoliberalismo e sua influência no planejamento educacional. Essas reflexões buscam responder à questão: como o neoliberalismo pode afetar a sociedade e o cenário educacional?

Para alcançar o objetivo de discutir a influência do neoliberalismo na educação durante a era da globalização, foi conduzida uma revisão bibliográfica. De acordo com Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo solucionar um problema, utilizando-se de referências teóricas publicadas para analisar e discutir, especialmente, as diversas contribuições científicas disponíveis sobre o tema.

Dessa forma, a análise dos resultados foi dividida em dois tópicos. O primeiro aborda a reflexão sobre o neoliberalismo e suas consequências na atual conjuntura brasileira. O segundo, por sua vez, discute as implicações do neoliberalismo na esfera educacional, em um contexto de globalização.

Metodologia

Este trabalho trata de uma pesquisa com abordagem é qualitativa, que tem objetivos descritivos e apresenta procedimentos bibliográficos. A pesquisa qualitativa enfoca aspectos da realidade que não podem ser quantificados, com o objetivo de compreender e explicar a dinâmica das relações sociais. Essas pesquisas são pouco conhecidas e podem se beneficiar do uso desse método, emergindo novos aspectos e ideias (Lima & Miotto, 2007).

Essa autora reforça essa concepção ao afirmar que a pesquisa qualitativa trabalha, principalmente, com um universo de significados, como motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2010, p. 9).

Segundo Alyrio (2010), as pesquisas bibliográficas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Elas representam o primeiro passo para a construção efetiva do processo de investigação. Nesse sentido, esta pesquisa busca compreender, sobretudo, o significado que os eventos têm para os

indivíduos em situações específicas, enfatizando a importância da interação simbólica e da cultura para a compreensão do todo.

Para a realização deste estudo, foram consultados bancos de dados como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a plataforma Scielo. Foram buscados artigos, dissertações e teses utilizando os seguintes descritores: neoliberalismo, educação e globalização.

No intuito de se realizar uma pesquisa assertiva sobre a temática proposta dentro da plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD, utilizou-se o recurso de operadores booleanos para busca, o termo AND. Os operadores booleanos são eficientes para a seleção de material em bases de dados. Para a busca, foi criado um modelo de script com os descritores "educação", "neoliberalismo" AND "globalização", utilizando o parâmetro temporal de trabalhos publicados entre 1990 e 2022. Dessa forma, obtivemos um total de 153 trabalhos, sendo 94 dissertações e 59 teses. Na plataforma, foram encontrados trabalhos publicados a partir de 1999, sendo a Universidade de São Paulo (USP) a instituição com o maior número de publicações, total de 15, conforme pode-se observar no Quadro 1.

Quadro 1- Levantamento de trabalhos acadêmicos na BDTD.

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	
Total de trabalhos	153
Dissertações	94
Teses	59
Período	1999 a 2022
Instituições com maior número de pesquisas publicadas	Universidade de São Paulo (USP) - 15
	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – GO) - 13
	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - 11
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - 10
	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - 7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados (2022).

Outra plataforma utilizada para busca foi o portal eletrônico *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica Eletrônica On-line) (SciELO), que além de ser uma referência na publicação de artigos científicos, é colaborativa e focada nos artigos produzidos na América Latina. Inicialmente, utilizaram-se os descritores “educação” AND “Neoliberalismo” AND “globalização”, obtendo apenas 11 trabalhos. Em uma segunda tentativa, optou-se pelos descritores “educação” AND “neoliberalismo”, temática central deste

estudo. Dessa forma, chegou-se a 120 artigos publicados entre 1999 e 2022. A revista Educação & Sociedade (UNICAMP) foi a que mais publicou trabalhos com os descritores de busca, total de 26. Os resultados da pesquisa podem ser visualizados no quadro 2.

Quadro 2 - Levantamento de trabalhos acadêmicos na plataforma Scielo.

Plataforma Scielo	
Total de trabalhos	120
Período	1999 a 2022
Revistas/Periódicos com maior número de pesquisas publicadas	Educação & Sociedade - 26
	Educação e Pesquisa - 11
	Trabalho, Educação e Saúde - 9
	Revista Brasileira de Educação - 8
	Educação & Realidade - 7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados (2022).

A partir da análise dos estudos científicos presentes nas duas plataformas, pode-se inferir que “neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Dardot & Laval, 2016, p. 17). Entende-se que as diferentes fases do capitalismo implicam diferentes relações entre o Estado e a sociedade e entre o econômico e o político, neoliberalismo, a forma de existência é impactada. Em outras palavras, conforme os autores referem "com o neoliberalismo, está em jogo a maneira como vivemos, ou seja, como somos direcionados a nos comportar, nos relacionar com os outros e com nós mesmos" (Dardot & Laval, 2016, p.18).

Resultados

Para abordar o tema do neoliberalismo, é necessário considerar seus aspectos históricos e conceituais. Inicialmente, é importante compreender o prefixo "neo", que significa "novo", e retomar o conceito de liberalismo. Segundo Moraes (2001, p. 05), o liberalismo tem suas raízes em Adam Smith e seu livro "A Riqueza das Nações", publicado em 1776. Smith defendia a livre iniciativa e a não intervenção do Estado nas atividades econômicas dos indivíduos, portanto, acreditava-se na liberdade econômica.

Em uma reflexão sobre a Era do Capital (1848-1875), Hobsbawn (1982) aponta como o capitalismo triunfou em uma época em que se buscava o progresso. Segundo o autor, nesse período o livre mercado capitalista, defendido por Adam Smith, atingirá seu esplendor. Desse

modo, é possível perceber que a ideia de progresso direcionava-se para a ascensão da burguesia e para o avanço do capitalismo, que alimentava e intensificava as desigualdades sociais com maior vigor.

O liberalismo econômico configura-se como uma doutrina que perdura até a crise de 1929, período em que se inicia a busca por um novo modelo econômico, com maior intervenção do Estado na economia, período em que se desponta o Keynesianismo. Esse sistema defendia uma maior arrecadação de impostos para financiar em gastos públicos voltados para benefícios sociais, conhecido como *Welfare States* (Estado de Bem-estar social).

O sistema econômico em questão expandiu-se até a década de 1970, quando diversos fatores viabilizaram o surgimento do neoliberalismo. Esse modelo passou a ser adotado em alguns países como uma resposta à crise iminente de acumulação, desemprego e inflação que afetava o conjunto dos países capitalistas. Desde sua concepção, o neoliberalismo retoma ideais do liberalismo e preconiza a mínima intervenção estatal, concentrando-se no mercado e no capitalismo financeiro, além de defender a privatização e a abertura de mercado para empresas estrangeiras, dentre outros aspectos.

Esse sistema econômico estendeu-se a década de 1970, quando vários fatores deram respaldo para ao surgimento do chamado neoliberalismo. Esse modelo passou a ser adotado em alguns países como uma resposta a uma iminente crise de acumulação, desemprego e inflação que afetava o conjunto dos países capitalistas. Desde sua concepção, o neoliberalismo retoma ideais do liberalismo e defende a mínima intervenção do Estado e tem como foco o mercado e o capitalismo financeiro, além de defender as privatizações, concentrando-se no mercado e no capitalismo financeiro, além de defender a privatização e a abertura de mercado para empresas estrangeiras, dentre outros aspectos. Conforme Harvey,

o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados ... (Harvey, 2008, p. 06).

Harvey (2008, p. 6) aponta que, desde 1970, houve em toda parte uma receptiva acolhida às ideias neoliberais, assim, “a desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns”. O neoliberalismo suscita muitas críticas e é apontado como responsável pelo aumento das desigualdades sociais, pela intensificação da precariedade trabalhista, portanto, não é visto como positivo para os países mais pobres, os quais sofrem mais intensamente as consequências desse paradigma.

De acordo com Souza e Santos (2020), a concepção neoliberal tem como cenário os países do capitalismo central, como Inglaterra e Estados Unidos da América. Os autores afirmam que a liberalização comercial, a privatização de setores públicos e a maximização do mercado traz impactos na crise fiscal e no agravamento das desigualdades sociais, sobretudo na América Latina.

O receituário neoliberal, em nível global, ameaça a estrutura social e ordem política, além de atacar a “programática democrática e igualitária que busca tanto a igualdade política quanto a redução das desigualdades sociais” (Souza & Santos, 2020, p.3). Conseqüentemente, tudo isso se configura como prejudicial para a efetivação dos direitos sociais.

Esses autores trazem a compreensão de que no cenário imposto pelo neoliberalismo, os aspectos voltados à saúde, à alimentação, à educação e ao trabalho, por exemplo, passam a ser enxergados como mercadorias reguladas pelo mercado e os indivíduos que, porventura, não tenham acesso a tais serviços, deixam de ser vistos como “problema” do Estado, passando a haver uma mercantilização dos direitos sociais.

De acordo com Almeida (2009, p. 6), no que se refere ao neoliberalismo no Brasil, o país adotou as diretrizes impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial como uma tentativa de solucionar a crise do capitalismo em 1980. Nessa década, as orientações do Consenso de Washington começaram a predominar, consistindo em um conjunto de regras econômicas que abordavam recomendações relativas ao desenvolvimento socioeconômico dos países da América Latina, visando à ampliação das políticas neoliberais. Essas orientações contribuíram para o agravamento da crise no setor público, acentuaram a concentração de renda e, conseqüentemente, afetaram negativamente as condições de vida da classe trabalhadora. Além disso,

... Os governos neoliberais privatizaram empresas que foram construídas a partir de necessidades intrínsecas da própria consolidação do desenvolvimento no Brasil e que também serviam para proporcionar lucro ao setor privado. Assim, tais governos privatizaram as empresas estatais, que passaram a ser dominadas pelo capital estrangeiro, acentuando-se a

desnacionalização da economia e a sujeição política dos governos em condições de segurança e de soberania. Além da liberalização comercial e financeira, os governos neoliberais estimularam a dinâmica do capital especulativo, contribuindo para aumentar a concentração de rendas e o desemprego no Brasil (Almeida, 2009, p. 06).

Ainda, conforme Almeida (2009, p. 06), o neoliberalismo no Brasil teve início durante o governo de Fernando Collor de Mello e foi consolidado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Ambos promoveram políticas de abertura comercial e financeira, adotaram o conceito de "Estado mínimo" e contaram com o apoio dos partidos de direita, historicamente as representações políticas mais reacionárias e conservadoras do país, concretizando, assim, a hegemonia neoliberal. Empresas do setor produtivo foram privatizadas e políticas macroeconômicas foram adotadas para atender aos interesses do capital financeiro, resultando em uma notável ampliação da concentração de renda e aumento da taxa de desemprego.

Vale ressaltar que, desde a década de 1990, tanto o capitalismo financeiro internacional quanto o nacional têm passado por redefinições em seu papel, a fim de atender ao projeto de sociedade burguesa e aos interesses do Estado. No governo de Collor, por exemplo, tornou-se inevitável a estratégia de reduzir o tamanho do Estado, visando privatizar empresas estatais e controlar os gastos públicos (Almeida, 2009).

Posteriormente, nos anos 2000, Silva et al. (2017, p. 2) afirmaram que durante os governos de Lula e Dilma (2003-2016), houve uma forte ideologia neodesenvolvimentista, que representou uma nova roupagem do neoliberalismo, “no intuito de aliar o desenvolvimento econômico ao social sem mexer na estrutura política econômica. Porém, investindo mais na área social e na acomodação dos reformismos talvez tenha desacreditado da revolução”.

A partir de 2016, ocorreu uma nova onda neoliberal no cenário brasileiro que foi intensificada pelo governo Temer por meio de inúmeras propostas parlamentares. Entre elas, destaca-se a reforma da previdência, que se concentrou principalmente na privatização de órgãos públicos e na terceirização de diversos serviços. Além disso, houve também a reforma trabalhista, que retirou muitos dos direitos dos trabalhadores conquistados por meio de lutas sindicais ao longo dos anos (Miranda, 2020).

Assim, avaliar a ação do Estado em relação às políticas sociais na contemporaneidade tem sido um desafio, uma vez que durante o governo de Temer, foram observadas muitas

incertezas e preocupações em relação ao futuro, devido a todas as medidas que visavam desmontar as políticas sociais, inclusive no campo educacional (Miranda, 2020).

Evidencia-se que as medidas neoliberais adotadas no Brasil ocasionaram impactos significativos em diversos setores, como a redução de investimentos em saúde e educação. Além disso, a presença de multinacionais aumentou, levando muitas empresas nacionais à falência, agravando a pobreza e intensificando a desigualdade social. De acordo com Santos Neto e Cancel (2020), a política neoliberal resulta na destruição do aparato social e acaba penalizando os grupos mais vulneráveis, violando os direitos constitucionais. Portanto, apontam para a mobilização e luta da classe trabalhadora como uma forma de reverter esse cenário.

Nesse sentido, Santos Neto e Cancel (2020, p. 33) abordam a ascensão da extrema direita na contemporaneidade e destacam que as bases desse processo foram estabelecidas pelo Neoliberalismo. Assim, o Neoliberalismo acaba preparando o caminho para que as democracias liberais fracassem. Segundo esses autores, o capital cria suas próprias contradições de modo que existe uma incapacidade de a democracia burguesa buscar soluções para amenizar as contradições do sistema do capital. Sendo que:

... É ledó engano imaginar que a extrema direita emerge do nada; ela é financiada pela burguesia em todas as partes do mundo, cujo principal propósito é disputar a consciência das massas e impedir a ascensão de um movimento de massa dos trabalhadores numa perspectiva que coloque em xeque a estrutura do capital como um todo. Não existe nada de espontâneo na ascensão da extrema direita em escala internacional e nacional; ela é uma clara alternativa da burguesia para enfrentar a nova etapa de luta de classes entre o capital e o trabalho (Santos Neto & Cancel, 2020, p. 31-32).

Como se evidencia, a ascensão da extrema direita em vários países parte de um fato respaldado fortemente pelo neoliberalismo e pela burguesia, que prioriza a defesa do capital em primeiro lugar e teme à organização da massa trabalhadora, uma vez que isso pode constituir uma “ameaça” à estrutura capitalista, que inevitavelmente exclui grande parte da população e mantém os privilégios da classe burguesa.

O neoliberalismo acabou por ampliar o individualismo e fez com que o serviço privado fosse privilegiado, o que contribui e alimenta a política neoliberal de privatizações de empresas estatais em todo o mundo. Para Santos Neto e Cancel (2020, p. 33), o neoliberalismo “coloca de joelhos a classe trabalhadora”, adotando uma política de conciliação de classe, “como também pode fazer isso mediante o enfrentamento aberto”.

Com isso, observa-se que, em defesa da liberdade de mercado, destrói-se a proteção social aos trabalhadores e aprofunda o desemprego estrutural.

Diante do exposto, constata-se que o sistema neoliberal, inicialmente proposto como uma maneira de resolver as contradições inerentes ao próprio sistema capitalista, expande-se por todo o mundo e conquista a simpatia de muitos governantes e, claramente, da classe burguesa. Esse sistema acaba beneficiando principalmente as classes mais abastadas, gerando riquezas, lucros e propagando a ideia de "progresso". No entanto, isso tem sido alcançado à custa da exploração da mão de obra, precarização do trabalho, redução dos direitos trabalhistas, enfraquecimento da proteção social, aumento do desemprego e, conseqüentemente, do crescimento da pobreza e da negligência em setores primordiais, como a educação, entre tantos outros (Oliveira, 1995).

Discussão

No contexto brasileiro, os projetos desenvolvidos na sociedade são percebidos como uma disputa e, nesse sentido, a educação tem sido tratada como objeto de subordinação e também de interesse do capital. Diante dessa realidade, observa-se que esses dois aspectos evidenciam "o caráter explícito desta subordinação, a clara diferenciação da educação ou formação humana entre as classes dirigentes e a classe trabalhadora" (Frigotto, 2005, p. 32). Para o autor, enquanto é concedido o privilégio de ter uma formação completa e abrangente apenas para as elites, as classes populares são destinadas a aprender saberes considerados básicos e elementares.

Para compreender as transformações na educação, é essencial entender como ocorre o processo de subordinação aos interesses do capital. Além disso, é crucial compreender as relações entre a educação e a reestruturação produtiva, decorrente das demandas de uma política neoliberal, que afeta as dimensões educacionais e, portanto, é necessário analisar suas implicações (Peroni, 2003).

Nesse contexto, a educação tem sido alvo de disseminação dos ideais neoliberais. Observa-se que a ênfase na formação política dos cidadãos foi substituída pela ênfase nos direitos do consumidor, o que se reflete no cotidiano escolar por meio de conceitos como qualidade, meritocracia, modernização, competição, empresa, gerencialismo e eficiência. Esse enfoque enfatiza a concepção de que tanto os pais quanto os alunos são consumidores, conforme aponta Saad Filho (2015).

Assim, de acordo com Dartot e Laval (2016),

Se o mercado é um processo de aprendizado, se o fato de aprender é um fator fundamental do processo subjetivo de mercado, o trabalho de educação realizado por economistas pode e deve contribuir para a aceleração dessa autoformação do sujeito. A cultura de empresa e o espírito de empreendimento podem ser aprendidos desde a escola, dó mesmo modo que as vantagens do capitalismo sobre qualquer outra organização econômica. O combate ideológico é parte integrante do bom funcionamento da máquina (Dartot & Laval, 2016, p. 150-151).

Para Marrach (1996), a retórica neoliberal tem atribuído constantemente um papel estratégico quando o assunto em pauta é a educação. Conforme essa autora, as ideias neoliberais se reestruturam por meio de alguns objetivos básicos, tais como: a preparação para o trabalho relacionado com a educação escolar e a junção da pesquisa acadêmica ao imperativíssimo do mercado capitalista. Esses objetivos colocam em questão a adequação da escola a uma ideologia dominante, por meio de princípios doutrinários. Nessa perspectiva, as concepções educacionais devem ser elaboradas com base em uma realidade simbólica que envolve os meios de comunicação de massa e a ideologia oficial.

Na perspectiva neoliberal, os pais e alunos são considerados consumidores da educação, o que implica uma competição entre as escolas brasileiras para oferecer uma educação de melhor qualidade. O Banco Mundial, inclusive, recomenda a redução dos investimentos na educação pública, para incentivar os pais a procurarem escolas privadas, que seriam mais aptas a garantir um ensino de excelência aos seus filhos. Isso reforça a ideia de que a escola deve ser vista como uma empresa, tratando os problemas educacionais como questões puramente mercadológicas, como argumentado por Marrach (1996). Freitas (2018) concorda com essa visão ao afirmar que

nestas condições, a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização. Do ponto de vista ideológico, a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar, agora visto como “empresa”, aliado à padronização promovida pelas bases nacionais comuns curriculares e pela ação do movimento “escola sem partido”, este último, um braço político da “nova” direita na escola (Freitas, 2018, p. 29).

De acordo com Marrach (1996), organismos internacionais, como o Banco Mundial, propuseram um pacote de reformas educacionais para países em desenvolvimento, incluindo o Brasil. Essas propostas foram apresentadas na Conferência Mundial Todos pela Educação,

realizada em 1990 em Jomtien, na Tailândia, e afirmavam que a educação básica de qualidade deveria ser prioridade, pois isso poderia reduzir a pobreza, aumentar a produtividade do trabalho, melhorar a saúde e reduzir a taxa de fecundidade. A ideia era que a educação básica contribuísse para a formação do indivíduo, para que ele pudesse se adaptar às demandas do mercado globalizado (Netto & Braz, 2006).

Quando se fala sobre a formação do indivíduo com o intuito de corresponder aos anseios do mundo globalizado, percebe-se que esse cenário é excludente, pois, na concepção de Chesnais (1995), o termo globalização é usado como um discurso dominante e como uma expressão voraz das forças do mercado livre. Assim, na concepção desse autor, no mundo globalizado o Estado tem o intuito apenas de proteger o capital. O papel das instituições educacionais tem sido visto como forte instrumento de controle e de dominação do sistema neoliberal.

Quando se discute a formação do indivíduo para atender às demandas do mundo globalizado, é possível perceber que esse contexto é excludente, como aponta Chesnais (1995), o termo globalização é utilizado como um discurso dominante e uma expressão das forças do mercado livre. Segundo o autor, no mundo globalizado, o papel do Estado é proteger o capital e as instituições educacionais são vistas como ferramentas de controle e dominação do sistema neoliberal.

A partir de então, observa-se que a intervenção nas políticas educacionais em tempos de globalização, por esses organismos, paulatinamente tem evidenciado uma expansão das políticas mais convenientes apenas para os interesses do capital internacional sem levar em consideração o processo de ensino aprendizagem. Consequentemente, na sociedade neoliberal, a principal função da educação é reproduzir a mão-de-obra para o capital, moldando indivíduos ideologicamente de acordo com os interesses capitalistas, e sendo explorados comercialmente pelo setor privado (Marrach,1996).

Dessa forma, é possível constatar que, além de buscar diminuir a responsabilidade do Estado, o neoliberalismo também mantém um caráter meramente meritocrático de ensino. Diante disso, entende-se que as políticas neoliberais para a educação estão alinhadas à lógica de mercado e limitam a ação do Estado na garantia da Educação Básica (Miranda, 2020).

Em relação ao neoliberalismo como ameaça à democracia e, por conseguinte, ao cenário educacional, Dias (2020, p. 12) destaca que a ascensão da extrema direita no contexto nacional, “opera ataques constantes à frágil democracia brasileira, cuja instabilidade

institucional é notória principalmente desde o *impeachment* de Dilma Rousseff”. Fato que, nas palavras do autor, ocorreu em nome da implementação da agenda de reformas, requerida pelo capital, que recorre a medidas destinadas a garantir a eficiência do capitalismo.

No ano de 2010, Dilma Vana Rousseff foi eleita a primeira mulher presidente do país. Nesse período, apesar da ocorrência dos indícios de uma intensa crise econômica mundial, o Brasil já começava a respirar uma atmosfera otimista em decorrência das políticas educacionais que foram reivindicadas pelos educadores (Ferreira, Almeida e Santos, 2020).

Em 2011, foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), aprovado pela Lei 11.513/2011. Além disso, também no governo Dilma, foi aprovado o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024). Posteriormente, nos anos de 2018 (Governo Temer) e 2019 (Governo de Bolsonaro), no decorrer e após as eleições presidenciais, o cenário educacional foi marcado por transformações intensas. Essas mudanças foram resultado de um movimento econômico contraditório que teve início com o “*impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e que revela fortes prejuízos nos encaminhamentos das políticas educacionais do país” (Ferreira; Almeida; Santos, 2020, p.10).

Para se compreender o possível impacto do neoliberalismo na educação atual, é importante destacar que a Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 (PEC 241), atual Emenda Constitucional 955 (EC 95), realizou o congelamento dos gastos públicos por durante 20 anos. Tal medida popularmente conhecida como “PEC da Morte dada sua contribuição sistêmica para o aprofundamento das desigualdades sociais ante a contenção sem precedentes na história dos gastos públicos” (Ferreira, Almeida & Santos, 2020, p. 11). Em 2017,

Ocorreram ainda mudanças na Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415) e na aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (CNE/CP nº 15/2017). Essas mudanças certamente irão influenciar “os caminhos da educação brasileira nos próximos anos. Além dessas mudanças, o debate sobre a Educação domiciliar e a Escola Sem Partido são pontos de destaque no governo de Jair Bolsonaro” (Ferreira, Almeida & Santos, 2020, p. 11).

Ainda, segundo Ferreira, Almeida e Santos (2020), durante o governo de Jair Bolsonaro, algumas secretarias foram extintas por ordem direta do então ex-Ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Entre elas, merece destaque a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), que desempenhava o papel fundamental de articular o Sistema Nacional de Educação (SNE). A SASE era considerada uma demanda de extrema importância pela Conferência Nacional de Educação (CONAE), pois prestava assistência técnica para o Plano

Nacional de Educação, voltada aos estados e municípios, além de ser responsável pelo piso salarial. Dessa forma, os pesquisadores acrescentam que

outra secretaria que também foi extinta foi a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), responsável pelos programas, ações e políticas de Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as relações Étnico Raciais e Educação em Direitos Humanos (Ferreira, Almeida & Santos, 2020, p. 10).

Em 2019, a educação foi marcada por contradições e polêmicas devido à saída do então ministro Ricardo Vélez Rodríguez e à nomeação de Abraham Weintraub, que recebeu diversas críticas da sociedade civil e de educadores por apresentar um perfil economicista.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, houve um fortalecimento da ideia de Escola Sem Partido e da Educação Domiciliar. Embora essas propostas não tenham ganhado força na legislação, elas têm contribuído negativamente para a desvalorização da educação pública, propagando uma cultura de ataques e até mesmo perseguições aos professores, conforme afirmam Dardot e Laval (2016).

Diante do exposto, observa-se que no discurso neoliberal, as referências ao processo de globalização têm levado a uma visão da educação apenas como uma estratégia que atende aos interesses dos projetos de poder. Assim, ela é vista como um mecanismo que deve funcionar de acordo com as suas diretrizes.

Considerações finais

A trajetória da educação no Brasil é marcada por momentos de mudança, conflito, conquista e retrocesso, em parte, devido às influências do neoliberalismo. Nesse sentido, é importante compreender que os movimentos de luta pela educação pública e de qualidade não podem se limitar apenas à identificação dos problemas existentes

Para Wood (2011, p. 195), como “... as classes dominantes sempre buscaram diversas maneiras de limitar, na prática, a democracia de massa e também adotaram estratégias ideológicas que visavam estabelecer limites para a democracia na teoria.” Isso fundamenta o viés ideológico que fez (e faz) parte da construção da democracia brasileira. A educação tal como se apresenta na sociedade atual ainda é reflexo, sobretudo, do nível de desenvolvimento da própria sociedade e das possibilidades reais da esfera política e econômica existentes nas relações concretas que aconteceram nas lutas sociais.

Dessa forma, a discussão sobre o neoliberalismo e o planejamento educacional em tempos de retrocesso, considerando a globalização e a reestruturação do capitalismo, requer uma renovação na forma de pensar a política, situando-a entre o Estado de bem-estar social e o neoliberalismo econômico, entre a perspectiva socialista e a capitalista.

Menciona-se que o programa de governo da social-democracia deve considerar cinco dilemas básicos negligenciados pelos governos de direita e esquerda, quais sejam: a globalização; o novo individualismo; problemas ecológicos; esquerda e direita; e ação política (Giddens, 2005). Para o autor, esses dilemas são reais e necessitam ser enfrentados encontrando-se um meio-termo consensual que fundamente a promoção de reformas políticas, econômicas e sociais. Isso ocorre porque a política educacional, em qualquer aspecto, não detém apenas a dimensão política. No entanto, é sempre política, já que não existem conhecimentos, técnicas ou tecnologias neutros, uma vez que todos estão vinculados consciente ou inconscientemente a algum tipo de engajamento ou alinhamento.

O fortalecimento do projeto neoliberal e o avanço do conservadorismo no Brasil redirecionam constantemente as políticas públicas educacionais. Foi possível assistir nos últimos tempos à existência de reformas, projetos e, inclusive, cortes nos setores educacionais, o que demonstra o ataque visível ao serviço público educacional. Sob a perspectiva do neoliberalismo, os indivíduos estão cada vez mais divididos, fragmentados e atomizados, e sua influência política, capacidade de agregação e resistência têm declinado devido à captura de sua objetividade e subjetividade pelo capital. Esse fenômeno tem afetado negativamente a esfera política, diminuindo a participação, representatividade e legitimidade das pessoas.

Referências

Almeida, M. D. (2009). *Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-1999)*. Campinas, SP: [s. n.].

Bobbio, N. (2000). *Direito e Estado no pensamento de Emmanuel Kant*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Brasília: Editora da UnB.

Bordignon, G. (2014). *Caminhar da educação brasileira: muitos planos, pouco planejamento*. In *Planos de Educação no Brasil: planejamento, políticas, práticas*. São Paulo: Edições Loyola.

- Chauí, M. (2007). *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez.
- Chesnais, F. (1995). *A globalização e o curso do capitalismo no fim-de-século*. *Economia e Sociedade*, 5.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Dias, Y. A. (2020). Prefácio. In *Coronavírus e crise do capital: impactos aos trabalhadores e à natureza. Recurso digital*. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy.
- Dourado, L. F. (2013). A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In Ferreira, N. S. C. (Org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios* (pp. 77-95). 8ª ed. São Paulo: Cortez.
- Ferreira, M. (2021). Quem tem medo do neoliberalismo? São. *Revista Estado da Arte*. <https://estadodaarte.estadao.com.br/neoliberalismo-debate-mano-ferreira/>
- Ferreira, G. C., Almeida, G. M., & Santos, V. S. (2020). *Investidura neoliberal no Brasil: desdobramentos das políticas educacionais (2016 a 2019)*. São Paulo. Editora Phillos Academy.
- Fernandes, F. (1976). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Freitas, L. C. (2012). Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Revista Educação & Sociedade*, 33(119), 379-404. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004>
- Frigotto, G. (2005). *Escola pública brasileira na atualidade: lições da história*. Campinas: Autores Associados.
- Giddens, A. (2005). *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia*. Rio de Janeiro: Record.
- Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola.
- Hobsbawm, E. J. (1982). *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. J. (1982). *A era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Lima, T. C., & Miotto, R. C. T. (2007) Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. katálysis [online]*, 10. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>
- Marrach, S. (1996). *Neoliberalismo e educação*. São Paulo: editora Cortez.

Minayo, M. C. de S. (org.) (2010). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes.

Miranda, M. G (2020). O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira. *Inter – Ação*, 45(1), 1-15. <https://doi.org/10.5216/ia.v45i1.62691>

Moraes, R. C. (2001). *Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora Senac.

Netto, J. P., & Braz, M. (2006). *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo, Cortez.

Netto, J. P., & Braz, M. (2006). *O imperialismo e o capitalismo contemporâneo. Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.

Oliveira, F. (1995). Neoliberalismo à brasileira. In Sader, E., & Gentile, P. (Orgs.). *Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático* (pp. 24-28). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Peroni, V. M. V. (2003). *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90*. São Paulo: Xamã.

Saad Filho, A. (2011). Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo? *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, 1(3), 6-19.

Saad Filho, A. (2015). Neoliberalismo: uma análise marxista. *Marx e o Marxismo*, 3(4), 58-72.

Santos Neto, A., B., & Cancel, J. J. C. (2020). *Neoliberalismo, Neofascismo e Pandemia*—Goiânia-GO: Editora Phillos Academy.

Silva, R. T. (2017). *Políticas sociais no Brasil: do neoliberalismo ao governo Temer*. São Paulo. Editora Phillos.

Souza, J. S. Santos, S. N. (2020). *Neoliberalismo e Políticas Sociais*. São Paulo. Editora Phillos.

Scaff, E. A. S., & Oliveira, M. S., & Lima, S. (2018). O planejamento educacional frente às fragilidades do processo democrático brasileiro. *ETD-Educação Temática Digital*. São Paulo.

Wood, E. M. (2010). *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 13/12/2022
Aprovado em: 27/09/2023
Publicado em: 21/10/2023

Received on December 13th, 2022
Accepted on September 27th, 2023
Published on October, 21th, 2023

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Silva, M. L. A., Assis, L. M., Rolindo, J. M. R., & Sousa, S. P. (2023). A influência do neoliberalismo na educação em tempos de globalização. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 8, e15335. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e15335>

ABNT

SILVA, M. L. A.; ASSIS, L. M.; ROLINDO, J. M. R.; SOUSA, S. P. A influência do neoliberalismo na educação em tempos de globalização. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 8, e15335, 2023. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e15335>